

O interêsse na História

Qual é o interêsse que o estudante pode ter na disciplina acadêmica de História? Por que um jovem que procura o seu caminho e a sua atuação na vida poderia interessar-se em estudar História? Que interêsse oferece a História para a sociedade?

Segundo o ponto-de-vista individual, tais perguntas podem parecer ora banais, ora de suma importância. O interêsse do estudante de História seria determinado pela própria matéria, pelo próprio objeto da disciplina histórica, e ainda pela profissão à qual aspira, fazendo a História parte das disciplinas tradicionais dos níveis secundário e superior, a Universidade tem que formar os próprios professores. Obviamente, uma tal argumentação só é possível dentro de um sistema de valores reconhecidos e não postos em dúvida. Há, porém, indícios de que os alunos e a sociedade atribuem cada vez menos valor a uma disciplina que se dedica ao passado. O historiador inglês Geoffrey Barraclough constata não só que "el historicismo es una clave inadeguada para atender nuestro presente modo de viver", que a sociedade se decepcionou com a contribuição, ou melhor, com a falta de contribuição da História para a maior compreensão dos seus problemas, que a formação administrada pelas universidades não corresponde mais a "esta nueva edad de política global y de civilización

global”, à complexidade e ao universalismo do nosso mundo, e que “una de las necesidades más apremiantes de nuestro tiempo es una nueva visión del curso de la historia moderna” (1). Enquanto a discussão sobre a relevância de estudos históricos para a atualidade envolve os problemas teóricos mais sofisticados, a consciência do “público”, a posição da sociedade de modo geral, parecem se refletir, antes, na palavra de Henry Ford, que “history is more or less the bunk” (2).

A História nunca poderá ser “útil” no sentido imediato da palavra; mas ainda menos ela deverá ser “inútil”, dedicando-se a “aquella devota adoración y admirativa contemplación de su próprio ombligo”, como disse Barraclough (3). Não é por acaso que a época em que foram lançados os fundamentos do método histórico e elaborados os instrumentos de trabalho que possibilitam a procura de maior “objetividade” possível nas ciências humanas, que essa época conheceu uma união íntima entre os ideais científicos e os ideais políticos de grandes historiadores como Leopold von Ranke, Heinrich Treitschke, Friedrich Meinecke, Augustin Thierry, Jules Michelet, para indicar alguns poucos.

Depois de uma relativa hipertrofia de estudos e métodos históricos no século passado, a disciplina acadêmica de História continuou cultivando os mesmos problemas e os mesmos métodos. Num mundo, porém, que não parece ter mais nada em comum com o das guerras de libertação ou o tempo de Bismarck, ela continuava vivendo dentro de um sistema fechado de valores que encontravam sua justificação em si mesmos: nos progressos da pesquisa histórica, na infinidade de publicações de documentos e estudos sobre os mais minuciosos problemas, e finalmente na formação de muitas gerações de professores, paralelamente e em função direta a tais “progressos” da História acadêmica, diminuiu a sua ligação com a atualidade, a sua contribuição para a solução de problemas fundamentais da sociedade.

No nível do ensino universitário, o número de estudantes que não têm nenhum outro interesse específico além de “se formar”, para garantir um certo *status* econômico e social individual, parece ser especialmente alto nas disciplinas de História, Geografia, Línguas e Literaturas. No ensino secundário, disciplinas oriundas das ciências sociais e dos estudos políticos fazem séria concorrência à História tradicional. E, finalmente, não está bem claro qual poderia ser a contribuição da História acadêmica para a solução dos problemas de uma sociedade cujas necessidades econômicas e sociais e cuja ânsia pelo desenvolvimento exigem todos os esforços e não parecem poder permitir o luxo de uma ocupação com coisas passadas.

Para definir “o interesse na História”, para esclarecer os motivos possíveis de uma dedicação ao passado, convém diferenciar entre aspectos didáticos, aspectos epistemológicos e aspectos sociais. Qual

é a contribuição que a História, como ramo integrante da ciência, pode oferecer à teoria e ao progresso das ciências?

Qual é o papel da História na nossa sociedade, e qual é a contribuição possível que o historiador pode oferecer a essa sociedade, no sentido mais amplo?

E como cada um desses problemas tem implicações imediatas para o campo de atuação da História e do historiador, vamos acrescentar o aspecto de profissionalização: o que é a profissão do historiador? Existe só na "reprodução da espécie", quero dizer, na formação de novos professores e em trazer à luz sempre novos conhecimentos históricos, ou o historiador tem também uma função em outras profissões, em outros setores da nossa sociedade?

Um tal tipo de perguntas é fundamental não só para um estudante que pretende dedicar-se ou está se dedicando aos estudos da História, mas para a matéria em si: suponhamos que um jovem tenha a preocupação de dedicar suas forças a uma causa que valha a pena, de escolher uma profissão na qual possa colaborar, mesmo se só modestamente, nas grandes tarefas de uma ciência, e nos problemas mais agudos e fascinantes de uma nação e da humanidade. Os estudos históricos e a profissão do historiador cabem em tais preocupações?

Há a considerar também a reflexão e autocrítica necessárias de uma ciência que lançou as suas bases principalmente no século passado, sob condições políticas, econômicas e sociais que só de longe parecem ainda com as de hoje: a História se desenvolveu em base de um forte individualismo, e de situações políticas e sociais que garantiam à História e aos historiadores uma ampla atuação nas suas nações e um papel de destaque na discussão dos problemas que mais moviam e comoviam a consciência nacional; enquanto hoje a nossa condição de historiadores, embora continuando a ser a de uma parte integrante da sociedade, participando dela e dela dependendo — é essencialmente determinada pelo eruditismo e pelo amor ao detalhe, que fizeram com que a atividade do historiador parecesse estar voltada para o passado, sem relação nem interesse para com o presente ou o futuro.

O INTERESSE PELO PASSADO

Qual, então, é o interesse que nos oferece a História e qual é a motivação que a própria História nos pode oferecer? Para o dizer logo: eu não acho que a "dimensão social" nem o raciocínio sobre a relevância de estudos históricos para o tempo presente sejam o fator mais importante para o desenvolvimento desta ciência. O historiador tem e precisa ter um forte amor e gosto pelas "coisas passadas", o prazer de descobrir, o encantamento de analisar processos da vida

humana que antes nunca foram descobertos. O próprio Marc Bloch confessa, mesmo no meio do desastre da segunda guerra mundial e em condições pessoais muito precárias, que os estudos históricos sempre o divertiram e distraíram muito: "Personalmente... siempre me ha divertido mucho" (4).

Essa grande atração da História, ou melhor dizendo, das experiências humanas feitas no passado, explicam e se traduzem também pelos gêneros literários do romance histórico e de novela histórica, desenvolvidos, na sua forma mais pura, simultaneamente com a historiografia científica do século passado. Não tem justificação o certo desprezo com que a História acadêmica geralmente trata a literatura histórica "não-científica": não só o estilo e o desenvolvimento psicológico da ação e do comportamento dos antagonistas e, com isso, o interesse possível do leitor, muitas vezes são sensivelmente superiores aos das apresentações eruditas, mas ainda inúmeros romances históricos também se aproximam mais da "objetividade" dos fatos em que se apóiam, no sentido de abordá-los numa envergadura de enfoques muito mais ampla que só mais tarde — e até hoje insuficientemente enfatizados — foram introduzidos no cânon da pesquisa histórica: enfoques da história social, p. ex., o papel de formas de comportamentos rituais; enfoques da história econômica, p. ex., as grandes epidemias, estiagens e a fome, para só chamar atenção de uns poucos, a título de ilustração.

Também para o estudante, e sobretudo o estudante de História, será lícito e sumamente aconselhável usar do romance histórico e de todos os outros gêneros literários que tratam do grande acervo das experiências humanas. Não servirá para substituir os livros didáticos nem as apresentações científicas, servirá, porém para tratar o passado mais vivo e mais atraente, e até mais completo, por ser, muitas vezes, mais perto da vida realmente vivida. Já que o passado "está tan muerto como los hombres que lo hicieron" (5), temos que reconhecer que a literatura consegue revivê-lo às vezes melhor do que a historiografia, além de ter a capacidade de incentivar o interesse para a história científica, de "despertar (a) vocação para a História", como diz o sociólogo uruguaio Carlos M. Rama no seu trabalho sobre a "história e a novela" (6).

INTERESSE E TEORIA DO CONHECIMENTO

Muitas vezes não se vai poder evidenciar a relevância que poderia ter um determinado detalhe para a sociedade de hoje, nem a ligação da influência que teria com a atualidade. Muitas vezes o historiador tem que se limitar ao interesse pessoal e à fascinação de descobrir, de reviver, de reconstituir teoricamente o passado, ao "indiscutible atractivo de la historia" (7).

O cético logo vai objectar que o prazer de descobrir em História é uma doce ilusão, que não há nada de novo para se saber em História, pois tudo que foi feito pelos homens foi também conhecido pelos homens. E se os contemporâneos não acharam a pena conservar certos conhecimentos, esses, porém, entraram nesse acervo imenso das experiências da humanidade e por isso não foram perdidos. Acontece, porém, que o historiador possui uma superioridade notável sobre todos os contemporâneos de todos os acontecimentos: a sua visão abrange um tempo mais amplo, ele reúne espaços distantes e elementos dispersos e fora do alcance do indivíduo contemporâneo aos acontecimentos, ele pode fazer abstração das paixões, reunir a essência de muitas e inúmeras vivências humanas, enquanto quem está envolvido nos acontecimentos muitas vezes tem a visão deturpada por detalhes que se verificaram secundários, por esperanças que se mostraram vãs.

Mas essa ação do historiador, essa síntese, tal construção de causalidades, e as interpretações dos fatos históricos, tudo isso não é pura arbitrariedade nossa para com o passado? É óbvio que o passado era, que o passado é um fato, que existem fatos históricos, inalteráveis, não submetidos a nenhuma dúvida, talvez não sujeitos a nenhuma interpretação (8). O interesse que o historiador toma pelas coisas então não é diletantismo? Ele não deveria se limitar a recolher os dados, se limitar a oferecer um quadro, mais completo possível, dos fatos? E se fosse assim: a nossa motivação e o nosso interesse interpretativo não seriam uma contradição flagrante à objetividade dos fatos? Não pretendo aqui retomar a longa discussão dos assim chamados fatos históricos. Só quero acentuar que a ação interpretativa e não só colecionadora do historiador não é uma expressão lastimável da sua condição humana, mas sim uma necessidade inerente ao próprio conhecimento histórico.

Como é que nós podemos imaginar esse "Universo Histórico"? Desde que a humanidade tomou consciência de si mesma, a historiografia (no sentido mais amplo) acumulou uma infinidade de conhecimentos detalhados e reunidos numa mesma infinidade de publicações. Pegamos, numa boa enciclopédia, um artigo especializado qualquer, encontraremos uma multidão de indicações de livros que, por sua vez, nos trazem outra multidão de informações bibliográficas. Nós todos conhecemos os grandes catálogos da Biblioteca Nacional de Paris, do Museu Britânico ou da Biblioteca do Congresso Norte-Americano, com centenas de volumes, cada um com milhares de indicações bibliográficas. Mas nem se precisa ir consultar tais catálogos para se convencer das limitadas riquezas do conhecimento humano acumulado e conservado numa massa ilimitada de publicações.

Mas também a experiência contrária vale para constatar que o mundo da História é sem dimensões e sem limites: basta procurar

informações — para só dar um exemplo — sobre as causas da decadência econômica do Recôncavo no século passado, para constatar que nós não sabemos nada ou quase nada sobre o fenômeno e as suas causas, para constatar, de modo geral, que os conhecimentos de muitas gerações de historiadores são uma ninharia em comparação com a História em si. E isso não só porque nos faltam dados, mas ainda mais pela deficiência da análise das causas dos fenômenos que observamos. Para usar das palavras de Max Weber: “Na realidade qualquer acontecimento é condicionado por uma série infinita de causalidades” (9).

Onde nós, estudantes, professores ou pesquisadores em História, podemos lançar ferros nesse mar infinito do nosso passado histórico? Infinito — eu repito — não por causa da nossa limitada capacidade de trabalho, nem pela dificuldade de acesso às fontes, mas infinito por definição.

Diante disso, não devemos nos espantar que o interesse individual e as posições e avaliações individuais dos historiadores formaram forças dinâmicas e decisivas para o progresso e o sucesso das suas pesquisas.

Mas não é só o indivíduo que faz as suas perguntas à História: é o indivíduo vivendo numa determinada época. No seu livro *What is History?* o historiador inglês Edward Hallett Carr demonstra como o grande historiador alemão, Friedrich Meinecke, não só desenvolveu, nas suas publicações entre 1907 e 1946, o tipo de perguntas e problemáticas que ele tinha ante à História, mas que “Meinecke projetou, para dentro do próprio passado histórico, três ou até quatro épocas sucessivas e bem distintas uma das outras” (10). Outros historiadores certamente desenvolveram ou mudaram menos os seus pontos-de-partida do que Meinecke, que viveu e sofreu a transformação do mundo de antes da Primeira até depois da Segunda Guerra Mundial, mas essa ligação com o mundo vivido é característica para muitos e talvez para todos os grandes historiadores.

E também aqui, sem poder entrar em detalhes, darei uma rápida referência ao fato de que é pela natureza das coisas que o nosso interesse e as nossas interpretações da História são e devem ser ligados ao indivíduo que interpreta a História e a sociedade em que vive o indivíduo.

Nos seus comentários sobre o livro *Teoria e Metodologia da História* (11), de Eduard Meyer, o sociólogo Max Weber trata do problema da análise de causalidades através de abstrações e generalizações, chegando à conclusão que “a formulação da causalidade histórica não só se serve da abstração em suas duas formas, i. é., o isolamento (de um determinado elemento) e a generalização, mas que o mais simples pronunciamento da historiografia sobre a “significação histórica de um “fato concreto” está muito longe de ser um simples registro “do que foi encontrado”, sendo, pelo contrário, uma constru-

ção categorial do pensamento, provido de significação só porque nós acrescentamos, à realidade “pré-dada”, todo o acervo dos nossos conhecimentos “nomológico – empíricos” (12).

MOTIVAÇÃO E DIDÁTICA

Espero ter mostrado, com essas poucas indicações, que somos, nós, indivíduos, com as nossas perguntas e interesses, e com as perguntas e interesses de indivíduos que vivem na sociedade de hoje, que somos nós que fazemos “reviver” o passado. Algumas simples reflexões sobre a infinidade do Universo Histórico e sobre a ação avaliadora do historiador evidenciam que o ensino de História não pode pretender nenhuma espécie de acumulação enciclopédica de conhecimentos. Existe a necessidade fundamental da escolha, a de fixar preferências, a de determinar esse nosso “acervo de conhecimentos nomológico-empíricos” com o qual nós prescrevamos a evolução da humanidade.

Qual é a situação do aluno em meio desse processo? Qual é esse “acervo de conhecimentos nomológico-empíricos” do qual o aluno dispõe? Não nos será possível analisá-lo, pois entra aqui toda a formação e a experiência da vida de cada um. Mesmo vivendo na mesma cidade, na mesma sociedade, na mesma família, mesmo sendo da mesma universidade e da mesma turma, a concepção do mundo de cada um vai ser diferente e assim diferente também as indagações que cada um terá para com o passado. E podemos ter a certeza, que o tipo de interesses, inclusive o tipo de interesses históricos, dos nossos filhos vai ser outro, provavelmente bem diferente.

A pesquisa pedagógica demonstrou, nos últimos decênios, que a criança tem uma sede enorme de saber, de conhecer o mundo a seu redor. Cada um de nós conhece esta fase da evolução infantil, em que a criança quer saber o “porquê” de tudo. A pesquisa pedagógica também demonstrou que um certo tipo de ensino mata radical e sistematicamente esta necessidade de indagar o “porquê”.

Como diz o filósofo Ernst Bloch: “Nascemos como filósofos, porém muito depressa somos desacostumados de toda espontaneidade original, pois as perguntas podem ser muito incômodas” (13). No campo de ensino histórico, vemos largamente a falta de curiosidade espontânea, falta de perguntas e indagação, enfim: falta de interesse que se traduz por um espírito de consumo acrítico daquilo que outros, antes de nós, já pesquisaram ou compilaram. E ainda mais: ante essa enorme massa de conhecimentos históricos acumulados durante séculos, parece mesmo a única saída e o único caminho viável tentar ao menos captar o essencial, captar ao menos alguns “fatos básicos” da História. Pois bem, nós vimos que estes “fatos básicos” são infinitos.

E quem se limitar a colecionar “fatos básicos” não será mais do que um funcionário subalterno da História, como disse tão bem Max Weber (14), além de uma “simples” coleção de fatos não valer a pena, não valer o enorme esforço que necessariamente está ligado ao *metier* do historiador que pretende alcançar alguma espécie de autenticidade na reconstrução do passado. “La historia no tendrá — disse Marc Bloch — el derecho de reivindicar su lugar entre los conocimientos verdaderamente dignos de esfuerzo, sino en el caso de que, en vez de una simple enumeración, sin lazos y casi sin límites, nos prometa una clasificación racional y una inteligibilidad progresiva” (15).

Para não nos compreendermos mal: os fatos históricos são de suma importância; não existe História sem eles; sem o conhecimento dos fatos, a História recairia ao nível da mitologia, ao nível de especulação sem fundamentos. Mas não são os “fatos” a última finalidade da História como ciência: as ciências só encontram seus fundamentos e seus progressos na apresentação e solução de problemas reais e efetivos (16), e tais problemas seriam, por exemplo, no campo da História, a análise das causas e do significado dos fenômenos culturais, uma contribuição histórica para a melhor compreensão do mundo de hoje, a elaboração de alternativas para problemas no campo da teoria geral das ciências, etc.

O trabalho cotidiano do ensino e do estudo de História sofre e se enriquece ao mesmo tempo com a dupla necessidade tanto de oferecer uma base sólida de conhecimentos “factuais”, quanto de ter presente e de ressaltar a importância desses “fatos” dentro da dinâmica da evolução histórica. Por outro lado, é evidente que para muitos fatos históricos só muito artificialmente e muito de longe será possível evidenciar uma relevância como elemento constitutivo da nossa cultura. E será mesmo necessário ter estudado História Antiga e História Medieval para compreender as realizações realmente grandes dessas épocas? — Ou não será justamente o estudo histórico que nos impossibilitará toda espontaneidade e todo acesso imediato e sem preconceitos às obras clássicas? E são realmente autênticas a História Antiga e a História Medieval, Moderna ou Contemporânea que aprendemos nos nossos livros e manuais, ou o que nos é transmitido não é muito mais a visão que certos historiadores tiveram e criaram?

É sumamente difícil tirar conseqüências práticas destas constatações e perguntas. Diante da queda rápida do interesse histórico na nossa sociedade, que a justo título e necessariamente é dirigida para o progresso, o desenvolvimento e o futuro, a História entrou numa fase de redefinição das suas posições, tanto na pesquisa quanto na didática. Depois da Segunda Guerra Mundial aumentaram consideravelmente as contribuições para tal reorientação. Diante da tendência crescente de introduzir no campo antigamente reservado aos estudos

históricas matérias oriundas da Sociologia, da Economia e da Ciência Política, caberá à História redefinir o que ela pode oferecer como essencial para a nossa sociedade.

HISTÓRIA E SOCIEDADE

Vivendo na sociedade, o historiador se reduziria a uma espécie de animal exótico, se condenaria a um isolacionismo frente à sociedade e a uma irrelevância completa dos seus esforços se a sua ciência não tivesse que ver com o passado e o presente. "A matéria do historiador é o passado que quer conhecer, compreender e também amar. O sentido da sua atividade deve ser procurado na sua contribuição para o tempo presente" (17). Será preciso, pois, definir e sempre redefinir qual é o papel do historiador dentro da nossa sociedade, qual é a contribuição possível da historiografia para a solução dos problemas atuais da nossa sociedade, qual é a relevância atual dos resultados da pesquisa histórica. É a questão da "legitimidade da História", no sentido amplo das reflexões teóricas de Marc Bloch (18).

Tal tipo de pergunta me parece essencial por várias razões. A primeira provém das reflexões sobre a História como ciência, como parte integrante das ciências humanas e sobre a possível contribuição da História para uma teoria geral das ciências. A segunda razão é de ordem social: qual é a justificação da História, como matéria de ensino e como setor de pesquisas, diante desta sociedade, diante do fato de ocupar, desde a escola primária até a universidade, milhares e milhões de jovens, diante do fato que tanto no ensino, quanto na pesquisa, a História acarreta custos elevados nos orçamentos públicos? Mesmo que uma ciência do espírito não seja "avaliável" em termos materiais, deveria ser possível, ao menos, evidenciar que o fato de se ocupar com o passado não contradiz os critérios da racionalidade social, que a História não é irrazoável em termos de raciocínio pragmático. E, finalmente, algumas reflexões sobre o papel da História e do historiador me parecem de suma importância para alguém que pretende dedicar, como eu já disse anteriormente, uma parte considerável dos seus esforços e da sua vida a uma atividade cuja matéria é o passado.

Não me parece óbvio em si que a História tenha uma função a cumprir dentro da nossa sociedade. Inúmeras expressões em todas as línguas ligam o passado a uma idéia de imobilismo, de retrospectiva, de retrocesso, a uma noção de hostilidade ao modernismo, ao desenvolvimento, ao progresso. Se fala de uma coisa "realmente medieval", de noções "antiquadas", etc.

Sabemos de exemplos, em que o conservadorismo não significou o aproveitamento e a valorização de experiências feitas no pas-

sado, mas simplesmente um fechamento a novos rumos da evolução, uma hostilidade a tudo que era diferente do costume. Tais exemplos poderiam ser multiplicados, e não me parece absurdo imaginar uma ameaça permanente do progresso pela fixação ao passado, uma sociedade tão presa às tradições que lhe é ofuscada a visão do futuro.

Uma visão oposta à tal sociedade "fixada ao passado" seria uma sociedade, tão teoricamente construída quanto a primeira, que rompe continuamente as pontes que pudessem ligá-la ao seu próprio passado, uma sociedade que só se dirige para o futuro, esquecendo ou ignorando por completo a sua origem e a sua evolução. É óbvio que tanto o primeiro quanto o segundo extremo são irrealis, é óbvio que o nosso presente não é nada de estático, mas sim uma fase passageira entre o passado e o futuro, é óbvio que em todos os aspectos e em tôdas as particularidades nós, indivíduos, e a nossa sociedade, somos ligados estreitamente ao nosso passado individual, ao passado do grupo humano ou da nação em que vivemos, e ao passado da humanidade inteira.

Tais reflexões sôbre a ligação entre o passado, o presente e o futuro, porém, não parecem ser muito expressivas para a definição do papel do historiador no processo dinâmico do desenvolvimento. Pois poderia ser justamente que tal ligação entre a vivência histórica e a formação do acervo dos nossos conhecimentos "nomológico-empíricos" fôsse tão íntima que não precisasse da ação intermediadora e analisadora do historiador. A questão decisiva me parece ser a da natureza da ligação entre o passado como fato evidente e incontestável, e o reconhecimento dêste passado, ou para melhor dizer, a reconstrução teórica dêste passado, pela ação do historiador.

A historicidade dos fenômenos sociais parece ser assunto contestado. Foi sobretudo a *História Sociológica da Cultura*, de Alfred Weber, que nos mostrou que "de maneira alguma deve ser negligenciada a concretização e a particularidade históricas do presente, se não se quer perder de vista a sua própria substância não só histórica mas sobretudo sociológica" (19). O presente, em todos os seus aspectos, é assim como é porque historicamente se desenvolveu nesse sentido. O fato de que tôdas as particularidades presentes teoricamente e na sua evolução têm a sua raiz na História, essa onipresença da História na gênese e na dinâmica de cada fase e de cada aspecto da nossa vivência parece estar em contradição flagrante com a influência da história como ciência, como matéria de ensino ou como profissão. O sociólogo Norbert Elias atribui à própria historiografia tal desnível entre a massa amontoada do saber factual em História, e "o nível por demais inferior da História na interpretação de conjunto" (20). Diz ainda Elias: "O que se chama de História muitas vêzes parece ser uma coleção amontoada de ações isoladas de indivíduos isolados, sem

nenhuma ligação uns com os outros" (21), e que "a pergunta fundamental da dinâmica do desenvolvimento da sociedade só raramente é levantada, ficando sem resposta" (22). Constatamos, com efeito, que a negligenciação do pensamento teórico, dentro da História, contribuiu largamente para um isolamento da História das demais ciências humanas, o que pode ter o efeito de uma certa imunização contra as incertezas da discussão teórica, mas que será uma imunização funesta (23). Por isso não se há de espantar que o campo da atividade mais nobre da História, o da contribuição para a teoria das ciências humanas e para o melhor conhecimento dos problemas reais e efetivos e para a elaboração de alternativas para a sua solução, que essa finalidade da ciência histórica foi cada vez mais invadida e ocupada por outros ramos das ciências humanas: pela Filosofia, pela Sociologia, pela teoria das ciências, mas também pela Economia, as Ciências Políticas, etc.

Ainda hoje, quase 70 anos depois de uma constatação a respeito por parte de Max Weber, devemos repetir com êle: "... (como se) a "História" fôsse uma disciplina puramente dirigida para colecionar material histórico ou puramente descritiva, juntando, ao máximo, os elementos que serviriam para o trabalho científico "própriamente dito". Infelizmente, e pela maneira em que procuraram fundamentar a particularidade da História como disciplina, foram justamente os próprios historiadores que contribuíram muito para a fixação dêste preconceito; que o trabalho "científico" seria qualitativamente outra coisa do que um trabalho "científico", porque a História "nada tinha que ver" com "conceitos abstratos" nem com "regras" (24). Tal situação até hoje não mudou essencialmente, e está ainda para ser feita a teoria da História no sentido de uma redefinição da sua posição e da sua contribuição, tanto para a teoria geral das ciências quanto a respeito do seu papel dentro da dinâmica do desenvolvimento da sociedade.

A História, como ciência, faz parte das ciências e tem que prestar a sua contribuição para o seu progresso. Como matéria institucionalizada no ensino e na pesquisa, a História faz parte da sociedade, e por isso tem que se justificar, também em termos de racionalidade social, isto é, ela terá que definir as suas funções sociais. Nós já vimos que a mesma exigência se impõe também em base de considerações sôbre o papel da História como ciência que não pode ser irrelevante e indiferente aos problemas reais da teoria nem aos da sociedade. Também vimos, com base em algumas reflexões teóricas, que o nosso presente, em todos os seus aspectos, tem as suas raízes no passado, e que é, por definição, nada mais do que um estado passageiro e em contínua transformação entre o passado e o futuro. A ação e o interesse do historiador consistiriam, então, em analisar e captar

a dinâmica dessa transformação da sociedade, dinâmica para a compreensão e explicação da qual parece indispensável a análise histórica das suas causas e das modalidades do seu desenvolvimento. Uma tal análise histórica dos problemas atuais levaria em conta a já referida historicidade, “a concretização e particularidade históricas do presente”, na definição de Alfred Weber, que afirmou que “mesmo se limitando estritamente à análise do presente, nenhuma análise tipológica especializada pode ser a-histórica” (25). Saber de onde provém um fenômeno qualquer da sociedade, saber como, em base de que interesses e de que constelações econômicas, políticas e sociais um determinado fenômeno assumiu as características sob as quais se apresenta, será uma condição prévia e uma ajuda decisiva para qualquer tentativa de solucionar problemas.

Como segunda função social da Historiografia, quero me referir de novo aos estudos de Max Weber no campo da lógica, especialmente à já aludida discussão com o historiador Eduard Meyer. Para definir a estrutura lógica do nosso interesse pela História, Max Weber distingue entre “historischer Realgrund” e “Erkenntnisgrund”, isto é entre o interesse que se baseia nos próprios fatos históricos e o interesse pelos possíveis conhecimentos gerais que um determinado acontecimento passado nos possa oferecer. Para exemplificar, Max Weber cita um trabalho do historiador Kurt Breysig sobre as origens do Estado em certas tribos indígenas norte-americanas, continuando: “é óbvio que o fato desses “Estados” indígenas terem existido, assim como as modalidades e particularidades do seu desenvolvimento, são de extremamente pouca significação para as causalidades do desenvolvimento histórico universal. Nenhum fato “significativo” da formação política ou cultural posterior do mundo foi influenciado por esses Estados nem têm nêles a sua “causa”. Para a formação das modalidades políticas e culturais dos Estados Unidos de hoje, a gênese e mesmo a própria existência desses “Estados” permaneceu “indiferente”, quer dizer, não existe nenhuma relação causal que poderia ser evidenciada entre os dois, enquanto, por exemplo, ainda hoje são palpáveis os efeitos de certas decisões de Temístocles... Ao contrário, porém, e sob a condição que os fatos apurados por Breysig tenham fundamento, o conhecimento das particularidades da formação desses “Estados” indígenas seria de suma importância para se saber como, de modo geral, se formam os “Estados” (26).

Já se tornou proverbial o fato de que “a História não se repete”. É sumamente difícil, no nosso *metier*, analisar causalidades, e é categoricamente impossível tomar o passado como modelo do presente. O que, porém, é possível e o que me parece ser uma das tarefas mais importantes da História confrontada com questões passadas e atuais é o aproveitamento das ilimitadas experiências vividas pela

humanidade, para nos demonstrar os inúmeros aspectos e a imensa riqueza de possibilidades e alternativas vividas no passado.

Anteriormente eu já me referi ao fato que o nosso mundo contemporâneo é um estágio passageiro entre o passado e o futuro, ao fato que, no dinamismo da evolução histórica, não existe a estática de um tempo "presente". Acontece, porém, que tanto na teoria quanto na ação, nós todos muitas vezes nos baseamos num modelo estático, aceitando com isso um imobilismo fictício. Competiria à História criar uma mentalidade de dinamismo, uma consciência da contínua mudança do nosso mundo.

Compete à História como ciência mostrar-nos as causas e as influências pelas quais o mundo é tal como êle é. Evidenciando o nosso presente como sendo "construído" ou "feito", a História também nos evidencia a capacidade do mundo de ser transformado, ensina ao homem não aceitar passivamente um imobilismo que na realidade não existe. Assim, a História assume um caráter de crítica social e ideológica, denunciando a historicidade e relatividade do que é apresentado como de valor eterno ou dogma religioso ou ideológico.

É óbvio que a disciplina acadêmica da História não satisfaz nem às exigências que as demais ciências humanas e naturais possam ter para com ela, nem à contribuição possível que deveria e poderia desempenhar para a análise de problemas da sociedade.

Tal deficiência não é resultado da História enquanto passado nem enquanto conhecimento dêste passado, mas, sim, consequência de uma abstinência na interpretação e análise. A convicção de Leopold Von Ranke de que cada época está "em relação imediata com Deus" e que a pesquisa histórica tinha que investigar "como realmente era", marcou tôda a historiografia posterior, imprimindo-lhe a busca do detalhe individual e a repugnância à comparação e ao pronunciamento sôbre o significado do fenômeno individual, pois um tal pronunciamento "valorativo" necessariamente apela a outros valores, com as quais confronta e nas quais mede, o que — segundo Ranke — só pode ser compreendido segundo os critérios inerentes ao próprio fenômeno individual.

Infalivelmente, um tal procedimento tinha que desembocar no agnosticismo e relativismo absolutos, apesar e por causa da infinidade dos conhecimentos factuais acumulados. A palavra entusiasta de Lord Acton, ao abordar a obra monumental da *Cambridge Modern History*, que "tôdas as informações tornam-se acessíveis e todos os problemas solúveis" (27), se transformou no seu contrário: a acumulação dos fatos fêz com que a História acadêmica tenha perdido de vista o seu objetivo último: conhecer o presente. Aconteceu o que acontece necessariamente quando um sistema parcial não satisfaz às necessidades do sistema global: desenvolveram-se os ramos his-

tóricos de tôdas as ciências humanas e de muitas ciências naturais, e a "História acadêmica" ficou reduzida a uma certa função subalterna de preparar o material histórico-empírico como base de partida para outras ciências interpretarem e usarem como elementos constituintes das suas análises. A História econômica se constituiu como ramo especializado da economia nacional, a História social recebeu os seus impulsos decisivos através da procura dos fundamentos históricos da "questão social" e dos movimentos operários do século passado, a Sociologia aplicou no material histórico os seus pontos-de-vista, interesses, problemas e definições; a Psicologia descobriu a relevância dos fenômenos psicológicos como elementos de dinamismo ou inércia na História social; a Medicina desenvolveu métodos para indagar o passado em vista de esclarecimentos sôbre origem e desenvolvimento e, conseqüentemente, a natureza de certas doenças, além do ramo da própria História da Medicina — e a "História" ficou com o que sobrou: até hoje e apesar de todos os esforços e progressos dos demais ramos, a "História acadêmica" é predominantemente História política, e até hoje setores importantes do nosso conhecimento do passado são considerados não da competência da História, mas de outras ciências. Assim o sociólogo Norbert Elias, hoje vivendo na Inglaterra, afirma não desenvolver um assunto histórico, mas sociológico, quando publicou o seu livro sôbre *O Processo Civilizatório*, livro êste que certamente é de suma importância não só para os nossos conhecimentos da sociedade do Ancien Régime da França, mas ainda mais para estudos de Psicologia social e, mais precisamente, da mudança das funções e estruturas do contrôle dos afetos e da agressividade humanos. É evidente que o estudo do comportamento do homem para com os seus semelhantes, o estudo das "maneiras" cada vez mais "civilizadas" do homem no decorrer do processo de socialização, não só oferece um quadro fascinante de um aspecto até hoje ainda largamente desconhecido da humanidade, mas é de suma importância para os estudos da Psicologia individual e social, para a Sociologia, a Educação e possivelmente também para a Medicina. E, finalmente, não será de pouca importância para a própria disciplina histórica a qual, como a Sociologia, negligenciou demais "os processos sociais a longo prazo".

Citarei um segundo e último exemplo de um ramo de estudos históricos, cujo desenvolvimento parece ser sintomático tanto para a negligenciação de setores importantes do conhecimento do nosso passado, quanto para o vácuo preenchido por ramos históricos de outras ciências, cujo valor só mais tarde foi reconhecido e aproveitado pela "História acadêmica": a História urbana. Ela se tornou um campo extremamente fecundo de estudos históricos, sociológicos, psicológicos, urbanistas e arquiteturais, estudos ligados à plenitude desta condição nossa de seres urbanos, em todos os seus aspectos, homens

que estamos criando condições de vida cada vez mais cômodas, cidades cada vez maiores, majestosas, imponentes, acumulando com isso, como alguns pretendem, tôdas as pré-condições para a nossa autodes-truição (28).

O exemplo dos estudos urbanos parece demonstrar bem as grandes possibilidades e a importância de uma estreita colaboração entre a História e uma série de outras ciências ou profissões, e parece demonstrar igualmente bem a importância da História como um ramo das ciências humanas que poderá ajudar na solução de problemas atuais, evidenciando a sua gênese e analisando as causas dos fenômenos.

Uma tal especialização e a multiplicação das "Histórias", quer dizer dos ramos especializados e concentrados no estudo de um determinado fenômeno da infinita realidade social, não será idêntica com isolamento: sabendo que seria inútil e ridícula qualquer tentativa de de um saber histórico enciclopédico que, não sendo estruturado pela nossa própria indagação, só poderia transformar o nosso cérebro e o nosso saber em uma massa amorfa, sem nenhuma relevância teórica ou social. Tôda e qualquer especialização histórica não só deverá levar em conta os interesses e resultados das demais disciplinas históricas, mas só poderá trabalhar efetivamente sem estreita colaboração com os demais ramos das ciências que precisam da História, ou para melhor dizer: que precisam de orientação histórica para a análise do seu próprio passado e do passado do seu objeto. Sobretudo a colaboração entre a Sociologia e a História deu inúmeras provas de ser proveitosa para ambas as partes. Além disso, uma ligação mais estreita da disciplina histórica com a teoria geral das ciências e com a sociedade em que e da qual ela vive, necessariamente desembocará num reajuste da ênfase relativa dada à História política, econômica e social, e da importância e do interrelacionamento dos fatores responsáveis pela dinâmica do desenvolvimento global.

Infelizmente, a ênfase tradicionalmente atribuída, nos estudos históricos, às assim chamadas "ciências auxiliares", e a discussão, às vezes sofisticada e fútil, para não permitir que a "ciências auxiliares" penetrassem no reino da Rainha História ou até serem confundidas com ela, por muito dificultaram à História acadêmica e aos historiadores tradicionais colaborarem com outras ciências, com medo de perder a independência, de só prestar serviços auxiliares e de dever subordinar os seus interesses a uma visão alheia. Seria inútil insistir no fato que a "autonomia" da História só seria realizável aceitando a sua irrelevância. Na História das ciências humanas, o século passado foi marcado pela liderança da História nos setores mais importantes, contribuindo essencialmente tanto para a elaboração da teoria geral das ciências, quanto para o progresso dos diferentes ramos que depois se emanciparam de sua tutela, constituindo-se como ciências

autônomas ou interdependentes, com metodologias e teorias próprias. Enquanto tôdas as ciências humanas fizeram grandes progressos na elaboração dos seus próprios fundamentos teóricos, a História, sob a forte influência do historicismo, continuou a dar mais ênfase à análise factual detalhada e ao melhoramento dos seus instrumentos de trabalho, criando assim ela própria, como disse Max Weber, a falsa imagem de uma ciência puramente colecionadora (29).

Deixando de lado as categorias do "autônomo" e do "auxiliar", constataremos que a História precisa, talvez mais do que outras ciências, da colaboração interdisciplinar com disciplinas como a Sociologia, a Política, a Psicologia Social, afinal com tôdas as ciências humanas tanto no campo da teoria quanto na pesquisa do detalhe. É verdade que as experiências feitas até hoje no trabalho científico interdisciplinar são poucas, e a interdisciplinaridade não pode consistir na mera reunião de resultados sôbre o mesmo assunto, de diferentes ramos especializados, mas deve ser, essencialmente, um trabalho qualitativamente nôvo, superando as visões limitadas de cada especialidade e comparando as metodologias diversas na qualidade e objetividade dos resultados.

ASPECTOS DE PROFISSIONALIZAÇÃO NA HISTÓRIA

Falando da relevância social da História, da sua onipresença ou na gênese de todos os fenômenos da nossa sociedade e, finalmente, da contribuição concreta que ela presta ou poderia prestar para a solução de problemas atuais, tanto de ordem teórica quanto prática, não se pode deixar de salientar o problema da profissionalização na História. O quadro que se oferece, quando se verifica a concretização de estudos históricos nas mais diversas profissões, parece ser mais do que desolador. Vamos deixar fora das considerações os campos tradicionais da atividade do historiador: o ensino em todos os graus escolares, a pesquisa e a teoria históricas, a administração e a conservação do acervo histórico por bibliotecários e arquivistas, às vezes exigindo uma formação profissional dentro da História. Deixando de lado essas atividades tradicionais e conservadoras do historiador profissional, a minha pergunta é: onde, em que profissão, existe campo-de-trabalho para o historiador profissional? A resposta é simples: não existe. O historiador não tem chance profissional em profissão nenhuma que esteja fora das áreas do ensino (e pesquisa) e do arquivista. Ao menos não como historiador. É claro que existe uma certa oferta de empregos que exige "gente formada", sem especificação especial.

Conquanto êste fenômeno seja sintomático pelo isolamento da História acadêmica, torna-se alarmante pela diminuição relativa da demanda de professôres de História no nível secundário. Enquanto no

Brasil a falta de professôres e a expansão do sistema escolar não fazem sentir tão logo essa diminuição relativa, nos Estados Unidos e na Europa o campo tradicionalmente ocupado pela História e a Geografia hoje é cada vez mais invadido pelas ciências sociais e ciências políticas.

Como se explica a grande disparidade entre a História como realidade, História como ciência e História como profissão? A razão é inerente à própria História: ela não é “aplicável”, nem no sentido das ciências naturais, nem no sentido de nos oferecer modelos ou ensinamentos práticos a seguir. A ação da História como ciência só pode ser de ordem intermediadora. Uma transformação direta da vivência histórica em ação concreta desmentiria todo e qualquer resultado do historicismo e da teoria do conhecimento histórico, e submeteria demais a História à determinação e à interferência externas. Já vimos o extremo oposto: o de uma História auto-suficiente, ciência autônoma e independente, que necessariamente deveria se condenar a si mesma à irrelevância no âmbito da teoria das ciências e na sua função diante da sociedade, só oferecendo campo de atividade profissional limitada ao ensino e a um certo cultivo da tradição.

Retomando a questão inicial do interesse que a História — História como passado, como conhecimento e como ciência do passado — nos oferece, deve se lembrar que, na História da Historiografia, os grandes períodos de progresso da ciência estavam estreitamente ligados à formação e afirmação dos estados nacionais, processos nos quais uma maioria de grandes historiadores tomou parte, inspirando-se nos problemas contemporâneos para a pesquisa do passado. O interesse na História coincidia em grande escala com o interesse e o engajamento pessoal do historiador nos acontecimentos contemporâneos; mesmo o “amor ao passado”, traço característico do romantismo e força dinamizadora do movimento que gerou o historicismo, está estreitamente ligado à reação alemã às idéias do Iluminismo francês, contra a concepção racionalista do mundo e as idéias da Revolução Francesa, formando-se na luta contra a ocupação napoleônica, numa grandiosa síntese de liberalismo, nacionalismo e “retorno ao passado”, concebido como revivescência da “liberdade germânica” e a prevalecência do valor individual de cada Estado e de cada fenômeno da vida das nações.

Assim, o século XIX nos trouxe um grande arranco do interesse histórico e da historiografia, avanços decisivos tanto nos conhecimentos factuais quanto na elaboração da crítica histórica e da metodologia geral das ciências humanas, valores êsses válidos e aceitos até hoje.

Por outro lado, mudou essencialmente, desde o tempo do historicismo, a sociedade em que vive o historiador. O historiador inglês Edward Hallett Carr chamou o século do historicismo “a época da

inocência", quando os historiadores ainda perambulavam, no jardim de Éden, sob os olhos do deus da História, sem nenhum trapo de Filosofia para cobrir a sua nudez, e sem que disso se envergonhassem (30).

Sem dúvida, passou tal "época da inocência", passou o grande e fecundo tempo do historicismo; e a teoria das ciências, e sobretudo a do conhecimento, definiram novamente a relação entre o passado em si e o nosso conhecimento e o nosso interesse por este passado. Abandonou-se a ingenuidade de identificar a História com a massa dos documentos colecionados sobre ela, reconhecendo a infinidade do Universo Histórico tanto nos "fatos" quanto na análise da causalidade. Esta concepção da História não é nova. No campo do ensino e nos métodos didáticos, porém, para se adquirir uma base suficiente de informações factuais, muitas vezes a pessoa se arrisca a afogar-se nos manuais, que bombardeiam o leitor e o estudante com o que lhes deve parecer, nas já citadas palavras de Norbert Elias, "uma coleção de ações isoladas feitas por indivíduos isolados". Sem ver as estruturas nem as grandes linhas do desenvolvimento e, sobretudo, sem que o próprio interesse e a própria curiosidade incentivem as nossas perguntas frente ao material histórico que confrontamos e comparamos com os nossos próprios problemas atuais, as coisas passadas vão ficar coisas morta, e o seu estudo arrisca tornar-se tormento, em vez de ser prazer. Para adquirir vida e significação, as coisas passadas precisam da nossa colaboração ativa, precisam de nós, não como meros consumidores de material pré-fabricado, mas sim como interrogadores e interpretadores.

JOHANNES AUGEL

N. do R. Conferência em parte reformulada, pronunciada pelo autor em 8 de novembro de 1971, por ocasião da Semana de História, organizada pelo Diretório Acadêmico dos Estudantes da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

1 Barraclough, Geoffrey. *La Historia desde el mundo actual*. Madrid, 1959. p. 11, 13, 18-23.

2 Angermann, Erich. *Die Vereinigten Staaten von Amerika*. München, 1966. p. 88.

- 3 Barraclough, op. cit., p. 27.
- 4 Bloch, Marc. *Introducción a la Historia*. Mexico, F. de Cult. Econ., 1952. p. 11.
- 5 Galbraith, H. apud Barraclough, op. cit., p. 34.
- 6 *Rev. de História*. São Paulo, 24 (49): 185, 1962.
- 7 Bloch, M., loc. cit.
- 8 Basta lembrar que a concepção «idealista» ou «subjetivo-idealista» da História chegou a ser interpretada como uma negação da própria facticidade do passado, como acontece no artigo de Iribadjakov, Nicolai. «The objective truth in historical knowledge.» In: *Internationalen Kongresses für Philosophie, XIV. Akten*, Wien, 1971. v. 4, p. 308-315.
- 9 Weber, Max. «Objektive Möglichkeit und adaequate Verursachung in der historischen Kausalbetrachtung (Kritrische Studien auf dem Gebiet der kulturwissenschaftlichen Logik, 1906. Parte II». In: *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*. Ed. bei J. Winkelmann. 3. ed. Tübingen, 1968. p. 271.
- 10 Carr, Edward Hallet. *Was ist Geschichte?* Trad (What is History?) Stuttgart, Kohlhammer, 1963. p. 40-41.
- 11 *Zur Theorie und Methodik der Geschichte*. Halle, 1902.
- 12 Weber, M. op. cit., p. 277.
- 13 Bloch, Ernst. «Erkennbarkeit der Welt». In: *Internationalen Kongresses für Philosophie, XIV. Akten*. Wien, 1971. v. 4, p. 4.
- 14 Weber, M., op. cit., p. 278
- 15 Bloch, M., op. cit., p. 14.
- 16 Weber, M. «Zur Auseinandersetzung mit Eduard Meyer», loc. cit., p. 217.
- 17 Meier, Christian. «Die Wissenschaft des Historikers und die Verantwortung des Zeitgenossen». In: ———. *Entstehung des Begriffs «Demokratie»; Vier Prolegomena zu einer historischen Theorie*. Frankfurt, 1970. p. 219.
- 18 Vide a introdução ao seu livro *Apologie pour l'Histoire*. Paris, 1949.
- 19 Weber, Alfred, in *Propylaen-Weltgeschichte*, 1960. v. 9. p. 597.
- 20 Elias, Norbert. «Soziologie und Geschichtswissenschaft». In: ———. *Die hofische Gesellschaft*. Neuwied-Berlin, Luchterhand, 1969. p. 57.
- 21 *Ibid.*, p. 13.
- 22 *Ibid.*, p. 11-12.
- 23 Albert, Hans. *Theorie, Verstehen und Geschichte; zur Kritik des methodologischen Autonomieanspruchs in den sogenannten Geisteswissenschaften*. Zeitschrift für allgemeine Wissenschaftstheorie (Journal for general Philosophy of Science). Wiesbaden, 1: 19. 1970.
- 24 Weber, M., op. cit., p. 216-217.
- 25 Weber, A., op. cit., p. 610.
- 26 Weber, M., op. cit., p. 234-235.
- 27 *The Cambridge Modern History; its origin, authorship, and production*. Cambridge, 1907. p. 10-12. Apud Carr, op.cit., p. 1.
- 28 Um número recente da *Revista de la Sociedad Interamericana de Planificación*, 5 (17), mar./jun. 1971, traz dois artigos excelentes e exemplares para o interesse sociológico e urbanista em assuntos históricos e o interesse recíproco do historiador em assuntos

urbanísticos: Borah, Woodrow. La influencia cultural europea en la formación del primer plan para centros urbanos que perdura hasta nuestros días. p. 3-15; Hardoy E. & Romero, Luis A. La ciudad argentina en el periodo precensal, 1516-1869. p. 16-39.

29 Weber, M., op. cit., p. 216.

30 Carr, op. cit., p. 20.